

**ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2020**

# **ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2020**

## **Conteúdo**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

**Balancos patrimoniais**

**Demonstrações do resultado**

**Demonstrações do resultado abrangente**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Diretores, Conselheiros e Associados  
**Associação Cristã de Moços de São Paulo**  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Cristã de Moços (“Associação”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Cristã de Moços de São Paulo** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para pequenas e médias empresas” e em conformidade com a NBC ITG 2002/12 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.409 - Associações sem Finalidade de Lucro.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Associação Cristã de Moços**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Certificado de Associação Beneficente de Assistência Social

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 12 e 32, foram indeferidos com base na Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, por parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome os pedidos de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS para os triênios de 2013 a 2015, 2015 a 2017 e 2018 a 2020 para os quais a Administração, apoiada pelos seus assessores jurídicos, vem tomando providências junto ao judiciário no sentido de reverter essas decisões, não gerar passivos à Associação e receber nova concessão. As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com a legislação anterior e não incluem quaisquer ajustes que possam advir em consequência de entendimento divergente da legislação pelas autoridades legais e ou em caso de a ACM não a referida imunidade. Esses assuntos não foram objeto de modificação em nosso relatório.

## Outros assuntos

### Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da **Associação Cristã de Moços** do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram examinadas por nós que emitimos relatório em 05 de março de 2020 com opinião sem modificação e com parágrafo de ênfase semelhante ao mencionado acima.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2021.

# ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO



## Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2020	2019		Nota explicativa	2020	2019
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.223	6.664	Fornecedores		425	922
Contribuições a receber	6	3.732	11.158	Empréstimos e financiamentos	8	1.819	1.070
Despesas antecipadas		135	155	Obrigações fiscais e tributárias	9	219	234
Outras contas a receber		112	429	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	10	2.968	3.738
		<b>10.202</b>	<b>18.406</b>	Valores recebidos antecipadamente	11	4.174	1.489
				Outras contas a pagar		265	370
						<b>9.870</b>	<b>7.823</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais		248	482	Empréstimos e financiamentos	8	5.347	417
Imobilizado	7	138.034	141.057	Provisão para demandas judiciais	12	970	1.569
Intangível		333	388			<b>6.317</b>	<b>1.986</b>
		<b>138.615</b>	<b>141.927</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social	14.1	61.124	60.676
				Ajuste de avaliação patrimonial	14.2	88.011	89.400
				(Déficits)/Superávits líquidos acumulados		(16.505)	448
						<b>132.630</b>	<b>150.524</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>148.817</b>	<b>160.333</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>148.817</b>	<b>160.333</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis.

# ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO



## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2020	2019
<b>Receitas operacionais</b>			
<b>Com restrição</b>			
Convênios e parcerias	17	6.613	7.127
<b>Sem restrição</b>			
Associativas	15	32.781	55.370
Desenvolvimento social	16	7.197	7.692
Serviços voluntários	29	1.224	1.197
Serviços	18	589	1.912
Patrimonial		154	705
Donativos	19	323	263
Financeiras	20	1.049	2.024
Outras		75	107
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>50.005</b>	<b>76.397</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Operacionais	21	(43.902)	(49.981)
Desenvolvimento social	22 e 23	(16.263)	(18.182)
Administrativas	26	(7.427)	(8.841)
Financeiras		(297)	(307)
Outras		(10)	(25)
<b>Total de despesas operacionais</b>		<b>(67.899)</b>	<b>(77.336)</b>
<b>Déficit do exercício</b>		<b>(17.894)</b>	<b>(939)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis.

# ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO



## Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
Déficit do exercício	(17.894)	(939)
Realização do valor justo de ativos	1.389	1.387
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>(16.505)</b>	<b>448</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis.

# ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO



## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	(Déficits)/Superávits líquidos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	61.609	90.787	(933)	151.463
Déficit do exercício	-	-	(939)	(939)
(-) Realização do valor justo de ativos (nota 14.2)	-	(1.387)	1.387	-
Incorporação ao patrimônio social	(933)	-	933	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	60.676	89.400	448	150.524
Déficit do exercício			(17.894)	(17.894)
(-) Realização do valor justo de ativos (nota 14.2)		(1.389)	1.389	-
Incorporação ao patrimônio social	448		(448)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	61.124	88.011	(16.505)	132.630

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis.

# ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO



## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Déficit do exercício	(17.894)	(939)
<b>Itens que não afetam o caixa</b>		
Depreciação e amortização	4.415	4.231
Perda na alienação de ativo imobilizado	10	25
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	6	(26)
Provisão para demandas judiciais	(599)	(463)
<b>Déficit do exercício ajustado</b>	<b>(14.062)</b>	<b>2.828</b>
<b>(Aumento)/redução das contas de ativo</b>		
Contribuições a receber	7.420	(488)
Despesas antecipadas	20	144
Outras contas a receber	317	(81)
Depósitos judiciais	234	(23)
<b>Aumento/(redução) das contas de passivo</b>		
Fornecedores	(497)	95
Obrigações fiscais e tributárias	(15)	23
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(770)	193
Valores recebidos antecipadamente	2.685	221
Outras contas a pagar	(105)	11
<b>Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais</b>	<b>(4.773)</b>	<b>2.923</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.347)	(5.098)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>	<b>(1.347)</b>	<b>(5.098)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos, líquido	5.679	(1.451)
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento</b>	<b>5.679</b>	<b>(1.451)</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(441)</b>	<b>(3.626)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.664	10.290
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.223	6.664
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(441)</b>	<b>(3.626)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis.

# ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

---

## 1. Contexto operacional

A ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO (ACM São Paulo), fundada em 23 de dezembro de 1902, com autonomia administrativa, operacional e financeira, localizada na Capital do Estado de São Paulo, estabelecida na rua Nestor Pestana nº 147, é uma instituição filantrópica, de promoção e assistência social, de atividades educacionais, esportivas e culturais, beneficente e sem fins lucrativos.

A ACM São Paulo é reconhecida de utilidade pública pelo Governo Federal, decreto 24.181, de 09 de dezembro de 1947; Estadual, Lei 4.629, de 08 de janeiro de 1958 e Municipal, decreto 4.730, de 01 de junho de 1960; registrada no Conselho Nacional de Assistência Social sob nº 011.521/39; inscrita no Conselho Estadual de Assistência Social sob nº 0116/SP/2000; no Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS-SP sob nº 1128/2013; na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, sob nº 402 e credenciada na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura do Município de São Paulo, sob nº 26.218.

O objetivo da Associação é a promoção e o desenvolvimento da pessoa humana sob os aspectos espiritual, moral, cultural, físico e social, visando prioritariamente à infância, à adolescência, à juventude e à velhice, tendo por norma os princípios do Cristianismo. Estes objetivos são desenvolvidos por meio da prestação de serviços sócios assistenciais, gratuitos e permanentes a pessoas em situação de vulnerabilidade social, usuárias da assistência social, em especial à família, à infância, à adolescência, à juventude e à velhice, sem qualquer discriminação de usuários, por meio de programas, projetos e atividades relacionadas com as suas finalidades institucionais.

Os serviços sócios assistenciais são realizados em consonância com a legislação que regula a Assistência Social no Brasil, norteado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e pela Política Nacional de Assistência Social, em harmonia com a missão da Associação, cujo texto é: “Fortalecer pessoas, famílias e comunidades”.

A Assistência Social é promovida por meio do atendimento e assessoramento aos usuários dos serviços, programas e projetos, visando ao enfrentamento da pobreza e à universalização dos direitos sociais; defesa dos direitos humanos, com incentivos e ações às causas da justiça, da paz e da ecologia; promoção e incentivo da valorização do conhecimento, inclusive dos meios de comunicação social; promoção da formação cívica, física, familiar e moral, por todos os meios ao seu alcance, incluindo preferencialmente aqueles em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

As demonstrações contábeis foram submetidas à auditoria pela Administração em 15 de março de 2021.

### **1.1 Efeitos da Pandemia Covid 19**

A administração da Entidade tem acompanhado de perto os impactos do coronavírus (Covid-19) na economia global e, principalmente, no Brasil. Dessa forma, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Entidade está exposta, a Administração avaliou possíveis eventos econômicos que poderiam impactá-la, tais como os relacionados às estimativas contábeis e mensuração de seus ativos e passivos.

Em razão das medidas adotadas pelo governo, houve queda relevante no faturamento da Associação, conforme nota explicativa nº 15, bem como, perdas evidenciadas na nota explicativa nº 21, devido suspensão das atividades por tempo determinado em função da pandemia. A Associação está agindo de forma a assegurar a sua sustentabilidade econômico-financeira, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos e minimização dos potenciais impactos financeiros.

Em conexão com as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020, a Entidade continua a cumprir todas as diretrizes para prevenir a Covid-19 divulgadas pelos órgãos de saúde competentes e manter as medidas para mitigar o risco de transmissão da Covid-19 nos locais de trabalho, tanto para os seus colaboradores, quanto para os associados, quando está em funcionamento.

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis**

### **2.1. Base de preparação**

#### **Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis da Entidade, findas em 31 de dezembro de 2020, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros" e nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

### **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

# ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

---

- O ativo imobilizado mensurado pelo valor justo (*deemed cost*);
- Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC PME exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 06: Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) e ajuste ao valor presente;
- Nota Explicativa nº 12: Provisão para demandas judiciais.

## 3. Gestão de risco financeiro

### 3.1. Considerações gerais e políticas

A Associação possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão é responsabilidade da Administração, que se utiliza de instrumentos de controle julgados adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

### 3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Associação a expõe a diversos riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Associação se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Associação.

(a) **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de déficit resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados.

Em 31 de dezembro de 2020, a Associação possuía depósitos financeiros e aplicações financeiras em instituição financeira nacional e contas a receber pela prestação gerais e contribuições dos associados. Esses investimentos estão sujeitos a exposição de risco de crédito.

(i) **Risco de liquidez:** É o risco que a Associação irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidadas com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro;

(ii) **Risco de taxa de juros:** O caixa da Associação é investido em operações compromissadas em debêntures lastreadas em certificados de Depósito Bancário (CDBs), indexados a taxas de juros, portanto variações de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Associação.

A Administração da Associação acredita que não há exposição de forma significativa a riscos advindos do uso de instrumentos financeiros, tais como risco de crédito, risco de liquidez ou risco de taxa de juros.

## 4. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

### a) Apuração do resultado

As receitas e despesas, incluindo os rendimentos financeiros, são reconhecidos na demonstração do resultado pelo regime contábil de competência do exercício.

As fontes de recursos para a manutenção da Associação são as provenientes das contribuições de associados eventualmente recebidas e convênios com órgãos públicos.

## ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

---

### b) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado, incluem aplicações financeiras, contribuições a receber e outros recebíveis, caixas e bancos, assim como fornecedores, contas a pagar e outras dívidas.

### c) Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Associação tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

### d) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos.

Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no superávit ou déficit conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

**e) Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem as contribuições a receber e outros créditos.

**f) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo, demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

**g) Passivos financeiro não derivativos**

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

**h) Ativos e passivos financeiros derivativos**

A Associação não possui em aberto, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, transações com instrumentos financeiros derivativos.

**i) Contribuições a receber**

São registradas ao custo (valor dos boletos emitidos) e quando aplicável incluem os encargos oriundos dos valores em atraso negociados e deduzidas do ajuste a valor presente.

## ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

---

**j) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)**

Para cobrir perdas esperadas, considerando o histórico de recebimento dos inadimplentes, é constituída aplicando-se 95% sobre o montante das contribuições vencidas após 60 dias.

**k) Outros Ativos circulantes e não circulantes**

São apresentados pelo valor líquido de realização.

**l) Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescido do custo atribuído (deemed cost), conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7. A Associação efetuou análise com o objetivo de revisar os critérios utilizados para determinação da vida útil dos ativos pertencentes as contas contábeis do ativo imobilizado, não sendo identificada alteração na vida útil desses ativos. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil econômico estimado dos bens.

**m) Intangível**

É demonstrado ao custo de aquisição, correspondente aos gastos de modernização dos programas de processamento de dados, que estão sendo amortizados à taxa anual de 20%.

**n) Redução ao valor recuperável dos ativos**

**i. Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado e avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado e calculado como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

---

ii. **Ativos não financeiros:** O ativo do imobilizado com vida útil definida tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Associação não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos em 31 de dezembro de 2020.

o) **Receitas antecipadas**

Referem-se a mensalidades do exercício seguinte recebidas antecipadamente.

p) **Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também as obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pela Seção 21 provisões, passivos contingentes e ativos contingentes do CPC PME:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada com provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com a Seção 21 provisões, passivos contingentes e ativos contingentes do CPC PME, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas serem divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- **Obrigações Legais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da possibilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

## ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

---

#### q) **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os ativos e passivos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária.

#### r) **Receitas e despesas financeiras**

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os descontos concedidos.

#### s) **Imposto de Renda e Contribuição Social**

A Associação goza de imunidade de tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o superávit por se tratar de uma Associação beneficente sem fins lucrativos.

#### t) **Ajuste a valor presente**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros de 1% ao mês, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

#### u) **Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

# ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

### v) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020

A Entidade não identificou novos pronunciamentos contábeis, com vigor em/ou a partir de 1º de janeiro de 2021. Por isso, concluiu que não há efeitos para serem divulgados antecipadamente nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	1	6
Banco conta movimento	1.726	1.662
Aplicações financeiras	4.496	4.996
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>	<b><u>6.223</u></b>	<b><u>6.664</u></b>

As aplicações de liquidez imediata referem-se a investimentos efetuados no Banco Bradesco (Invest Fácil) e Banco Safra CDB, podendo ser resgatados diariamente. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

### 6. Contribuições a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Boletos a receber	386	391
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(205)	(199)
Cheques a receber	612	2.728
Cartões de crédito	2.840	8.393
Ajuste a valor presente	(110)	(432)
Outros créditos	209	277
<b>Contribuições a receber</b>	<b><u>3.732</u></b>	<b><u>11.158</u></b>

Os cheques a receber e cartões de crédito a receber possuem vencimento até 31 de dezembro de 2021 foram ajustados a valor presente com base na mesma taxa de desconto praticada nas mensalidades parceladas aos seus associados sendo aplicada a taxa de 1,0% ao mês.

### 7. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação (%)	2020			2019
		Valor justo	Depreciação	Total	Total
Terrenos	-	59.785	-	59.785	59.785
Edifícios	2,08 a 6,67	117.638	(43.460)	74.178	75.544
Máquinas equip.	6,67 a 100	3.553	(2.487)	1.066	1.281
Instalações	10	139	(118)	21	31
Móveis e utensílios	10 a 100	12.509	(9.848)	2.661	3.416
Veículos	16,67 a 25	154	(127)	27	50
Equip. informática	5 a 100	1.734	(1.626)	108	139
Obras andamento	-	188	-	188	811
<b>Imobilizado</b>		<b><u>195.700</u></b>	<b><u>(57.666)</u></b>	<b><u>138.034</u></b>	<b><u>141.057</u></b>

# ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

### 7.1. Movimentação dos exercícios

	2019		2020		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Terrenos	59.785	-	-	-	59.785
Edifícios	115.774	-	-	1.864	117.638
Máquinas equip.	3.557	7	(11)	-	3.553
Instalações	139	-	-	-	139
Móveis e utensílios	12.554	9	(54)	-	12.509
Veículos	154	-	-	-	154
Equip. Informática	1.718	27	(11)	-	1.734
Obras andamento	811	1.241	-	(1.864)	188
	<b>194.492</b>	<b>1.284</b>	<b>(76)</b>	<b>-</b>	<b>195.700</b>
Depreciação	(53.435)	(4.297)	66	-	(57.666)
<b>Total</b>	<b>141.057</b>	<b>(3.013)</b>	<b>(10)</b>	<b>-</b>	<b>138.034</b>

  

	2018		2019		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Terrenos	59.785	-	-	-	59.785
Edifícios (a)	110.884	-	-	4.890	115.774
Máquinas equip.	3.136	426	(20)	15	3.557
Instalações	139	-	-	-	139
Móveis e utensílios	12.393	255	(150)	56	12.554
Veículos	154	-	-	-	154
Equip. Informática	1.733	55	(71)	-	1.717
Obras andamento	1.704	4.069	-	(4.961)	812
	<b>189.928</b>	<b>4.805</b>	<b>(241)</b>	<b>-</b>	<b>194.492</b>
Depreciação	(49.514)	(4.137)	216	-	(53.435)
<b>Total</b>	<b>140.414</b>	<b>668</b>	<b>(25)</b>	<b>-</b>	<b>141.057</b>

### 8. Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

	Taxa de juros	2020			2019		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Moeda Nacional:</b>							
Empréstimos	0,98% a.m.	2.282	5.921	8.203	1.162	483	1.645
Leasing	1,12% a.m.	-	-	-	81	-	81
Juros a transcorrer		(463)	(574)	(1.037)	(173)	(66)	(239)
		<b>1.819</b>	<b>5.347</b>	<b>7.166</b>	<b>1.070</b>	<b>417</b>	<b>1.487</b>

O empréstimo do Banco Safra S/A vencerá em maio de 2021, e o empréstimo do Banco Safra S/A-BNDS e da Caixa Econômica Federal vencerão em novembro de 2024 e possuem como garantia os próprios bens e cheques custodiados no montante de R\$ 612 em 31 de dezembro de 2020.

### 9. Obrigações fiscais e tributárias

	2020	2019
IRRF a recolher	191	205
ISS a recolher	1	2
IPTU a recolher	27	27
	<b>219</b>	<b>234</b>

# ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

### 10. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2020	2019
Provisão para férias e encargos	2.301	2.446
Salários	332	876
INSS a recolher	133	176
FGTS a recolher	202	240
	<b>2.968</b>	<b>3.738</b>

### 11. Valores recebidos antecipadamente

	2020	2019
Mensalidades a apropriar em		
Janeiro	727	258
Fevereiro	604	135
Março	587	120
Abril	558	107
Maio	463	89
Junho	302	85
Julho a dezembro	850	391
	<b>4.091</b>	<b>1.185</b>
Acampamentos		
Janeiro	-	182
Donativos Campanha	83	122
	<b>4.174</b>	<b>1.489</b>

### 12. Provisão para demandas judiciais

As contingências cíveis, trabalhistas e fiscais, calculadas pelos assessores jurídicos da associação, em 31 de dezembro de 2020 estão apresentadas a seguir:

Descrição	Estimativa de perda	Valor estimado
Trabalhista	Provável	970
Trabalhista	Possível	1.172
Cível	Possível	32
Trabalhista	Remota	14
Cíveis e fiscais	Remota	5.800
		<b>7.988</b>

A sociedade efetuou o registro da provisão para demandas judiciais consideradas como perda provável no montante de R\$ 970 para fazer frente a futuras perdas. As contingências cíveis e fiscais consideradas como perda remota são substancialmente referentes ao pedido de cancelamento e anulação de débitos do IPTU e reconhecimento de imunidade deste tributo.

## ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

---

Em 23 de novembro de 2012, foi publicada a Portaria nº 1.243/12 no Diário Oficial da União, que indeferiu o pedido de renovação do Certificado de Associação de Assistência Social (CEBAS) da Associação, compreendendo o período de 2010 a 2012. Em 03 de outubro de 2016, foi protocolada ação judicial com pedido de tutela provisória, aguardando a análise do pedido de ação judicial pela União. Segundo assessores jurídicos da Associação, a possibilidade de perda do processo é possível. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relacionados a esse assunto. Foram indeferidos por parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os pedidos de renovação do Certificado de Associação Beneficente de Assistência Social, compreendendo os triênios de 2013 a 2015, 2015 a 2017 e 2018 a 2020.

Em 08 de janeiro de 2018 foi proferida sentença de procedência da Ação Ordinária pela 5ª Vara Federal Cível de São Paulo, declarando não só o direito da ACM à imunidade mediante a observância, unicamente, dos requisitos previstos no artigo 14 do Código Tributário Nacional (“CTN”), mas também a nulidade da decisão proferida nos autos do processo administrativo nº 71010.003415/2009-19, que decidiu de modo diverso.

Embora diante de sentença favorável, em 26 de janeiro de 2018 a ACM opôs Embargos de Declaração, a fim de sanar as omissões do juízo quanto à extensão dos efeitos dessa decisão, especialmente no tocante (i) ao reconhecimento da imunidade inclusive para os períodos anteriores e posteriores ao interregno contemplado pelo processo nº 71010.003415/2009/19, uma vez que atendidos os requisitos do artigo 14 do CTN; e (ii) à suspensão da exigibilidade dos créditos tributários relativos aos períodos não contemplados pelo referido processo administrativo (anteriores e posteriores).

Referidos Embargos de Declaração foram parcialmente acolhidos em 28 de março de 2019, por meio de sentença proferida nos seguintes termos:

- (i) Reiterou-se a anulação da decisão proferida nos autos do processo administrativo nº 71010.003415/2009-19, reconhecendo-se a imunidade da ACM e afastando a exigência de quaisquer requisitos não previstos pelo artigo 14 do CTN para a sua fruição, inclusive em relação aos períodos pretéritos e posteriores, não compreendidos pelo processo administrativo em referência.
- (ii) Além disso, a decisão reconheceu a suspensão da exigibilidade das Contribuições para a Seguridade Social, tanto nos 5 (cinco) anos que antecederam o ajuizamento da demanda, quanto aos períodos posteriores - desde que cumpridos, exclusivamente, os requisitos previstos no artigo 14 do CTN.

A análise como concessão seria adequada, na hipótese de manutenção do indeferimento de CEBAS referente ao processo nº 71010.003415/2009-19. Ocorre que, com o advento da sentença prolatada nos autos da Ação Ordinária, que anula a decisão de indeferimento do processo nº 71010.003415/2009-19, esse cenário pode ser alterado, a depender da decisão que julgar os Embargos de Declaração.

De todo o exposto, considerando:

- O teor da decisão judicial que reconhece a imunidade da ACM para o período requerido no âmbito do Processo nº 71010.003415/2009-19;
- O protocolo tempestivo das renovações de CEBAS subsequentes, as quais aguardam decisão definitiva.

A Administração suportada pelos assessores jurídicos entende que a ACM possui argumentos robustos para defender que é entidade imune às contribuições para a Seguridade Social, nos termos do artigo 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal e que a chance de obter sucesso na concessão é possível.

### **13. Previdência privada**

#### **13.1. Previdência privada - Colaboradores ativos**

A Associação disponibiliza o benefício de previdência privada opcional para todos os colaboradores, com faixa salarial a partir de R\$ 5 onde o colaborador efetua contribuições mensais de 4% a 6% do salário mensal, e a Associação efetua a contribuição mensal equivalente a 100% da contribuição do colaborador, até o funcionário completar 62 anos e enquanto estiver ativo. Desta forma, não havendo passivo a ser assumido pela Associação em caso de demissão, invalidez ou morte do funcionário.

#### **13.2. Previdência privada - Colaboradores inativos**

A Associação mantém um plano de previdência privada, firmado em 01 de julho de 2000, denominado plano de renda renovável para os secretários executivos aposentados, que não tiveram tempo hábil de formar o fundo previdenciário na época do seu desligamento contratual com a Associação.

Em 2019, a Associação possui nesse plano, quatro pessoas, onde é feito o aporte anual no valor de R\$ 709.

A Associação decidiu não efetuar o registro da provisão para fazer frente a futuras despesas, considerando que essas pessoas possuem idade média de 80 anos da qual dificulta estabelecer uma expectativa de vida.

# ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

---

### 14. Patrimônio social

#### 14.1. Patrimônio Social

A Associação, por ser Associação de fins não lucrativos, não distribui lucros, dividendos, vantagens ou parcelas do patrimônio a seus associados, instituidores e administradores, sob qualquer forma.

O déficit apresentado, no valor de R\$ 16.505 será agregado ao patrimônio social da Associação Cristã de Moços de São Paulo.

No caso de dissolução da Associação, o patrimônio social será destinado a uma ou mais Associações beneficentes, segundo aprovado pelas Assembleias que decidirem sobre a matéria.

#### 14.2. Ajuste de avaliação patrimonial

A Associação optou, com base na opção dada pela Seção 17 ativo imobilizado, por demonstrar seu ativo imobilizado pelo valor de mercado apurado em 31 de dezembro de 2009, sendo a mais valia apurada registrada na rubrica “Ajuste a valor patrimonial” no grupo “Patrimônio Social” no montante de R\$ 105.380 com saldo de R\$ 88.011 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 89.400 em 2019). A realização da mais valia está sendo realizada de acordo com a depreciação do ativo imobilizado, em contrapartida a rubrica de déficits/superávits líquidos acumulados, no montante de R\$ 1.389 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.387 em 2019).

### 15. Receitas associativas

	2020	2019
Taxa manutenção	30.011	34.902
Taxa inscrição	6.527	22.828
Desconto concedidos	(3.757)	(2.360)
	<u>32.781</u>	<u>55.370</u>

### 16. Receitas com desenvolvimento social

	2020	2019
Cidadania e inclusão social	1.415	1.507
Caminho da criança e adolescente	1.266	1.295
Superveteranos	4.516	4.890
	<u>7.197</u>	<u>7.692</u>

# ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

### 17. Receitas com convênios e parcerias

A Associação, no intuito de cumprir sua missão e desenvolver plenamente seus objetivos institucionais, durante o exercício social celebrou convênios e parcerias com o poder público e organizações privadas, nos exatos termos apresentados a seguir:

	2020	2019
<b>Poder Público</b>		
Prefeitura Municipal de São Paulo	4.772	5.494
SDAS FMAS Crescendo p/o Futuro Pref. Mun. Guarulhos	619	-
FUMCAD - Crescendo p/o Futuro Municipal Guarulhos	-	259
Estado São Paulo - Crescendo p/o Futuro - Guarulhos	-	64
CMAS - Municipal Barueri	264	247
SDAS FMAS Construindo Amanhã Pref. Mun. Guarulhos	166	-
FUMCAD Construindo Amanhã Mun. Guarulhos	-	166
FUMCAD - Pref. Municipal São Paulo	-	70
FUMCAD - Municipal Osasco	312	353
CMAS Estadual São Paulo	35	35
	<b>6.168</b>	<b>6.688</b>
<b>Organizações Privadas</b>		
Fundação Mary Harriet Speers	445	439
	<b>445</b>	<b>439</b>
	<b>6.613</b>	<b>7.127</b>

### 18. Serviços

	2020	2019
Acampamento	220	319
Condicionamento físico	12	20
Cursos diversos	38	132
Serviços diversos	319	1.441
	<b>589</b>	<b>1.912</b>

### 19. Donativos

	2020	2019
Pessoa física	248	171
Pessoa jurídica	75	92
	<b>323</b>	<b>263</b>

### 20. Receitas financeiras

	2020	2019
Ajuste a valor presente	933	1.535
Rendimentos sobre aplicação financeira	61	413
Outros	55	76
	<b>1.049</b>	<b>2.024</b>

# ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

### 21. Despesas operacionais

	2020	2019
Salários e ordenados	10.134	13.997
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	8.499	3.939
Perdas diversas	5.079	3.452
Encargos e depreciações	4.143	3.963
Férias e 13º salário	2.786	3.042
Energia elétrica	1.855	2.968
Convênio médico	1.758	2.018
Programa alimentação ao trabalhador	1.570	2.754
FGTS e 40% Multa FGTS	1.205	1.654
Água e esgoto	1.169	2.434
Comgás	961	1.496
Conservação do edifício	679	1.298
Vale transporte	567	863
Despesas bancárias	489	858
Serviços profissionais - PJ	468	838
Manutenção de equipamentos	424	822
Estágios profissionais	357	791
Telefone	304	338
Indenizações trabalhistas	229	588
Material	225	611
Despesas postais/Telegráficas	183	173
Legais e judiciais	133	158
Anúncio e publicidade	86	221
Outros	599	705
	<u>43.902</u>	<u>49.981</u>

### 22. Desenvolvimento social - despesas com as atividades de assistência social

Com recursos próprios, a Associação aplicou em gratuidades nas atividades de assistência social a importância de R\$ 9.397 em 2020 e R\$ 10.701 em 2019 e foram apuradas de acordo com a demonstração no quadro abaixo:

	2020	2019
Centro de desenvolvimento comunitário	8.076	9.064
Caminho da criança e do adolescente	1.266	1.295
Superveteranos	4.516	4.890
Cidadania e inclusão social	1.415	1.507
	<u>15.273</u>	<u>16.756</u>
Receitas de convênios	(5.876)	(6.055)
	<u>9.397</u>	<u>10.701</u>

Os gastos realizados com recursos provenientes de convênios celebrados com o poder público e das organizações privadas, nos montantes de R\$ 5.876 em 2020 e R\$ 6.055 em 2019 foram integralmente excluídos do componente das despesas com gratuidades concedidas a título de assistência social pela Associação.

## ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

---

#### 23. Desenvolvimento social - despesas com centro de educação infantil

Com recursos próprios, a Associação aplicou em gratuidades nas atividades de educação infantil a importância de R\$ 253 em 2020 e R\$ 354 em 2019 e foram apuradas de acordo com a demonstração no quadro abaixo:

	2020	2019
Centro de educação infantil (creche)	990	1.426
Receitas de convênios	(737)	(1.072)
	<u>253</u>	<u>354</u>

Os gastos realizados com recursos provenientes de convênios R\$ 737 em 2020 e R\$ 1.072 em 2019 foram integralmente excluídos do componente das despesas com gratuidades concedidas a título de assistência social pela Associação.

#### 24. Isenções de contribuição previdenciária

Caso a Associação não gozasse dessa isenção, a contribuição previdenciária de que trata o artigo 29 da Lei 12.101, de 27 de novembro de 2.009, correspondente às contribuições previstas nos artigos 22 e 23 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1.991, calculada como se devida fosse, correspondeu ao montante de R\$ 5.174 e R\$ 6.618 nos exercícios de 2020 e 2019, respectivamente.

#### 25. Imunidade de PIS

Caso a Associação não gozasse dessa imunidade, processo 2003.61.00.003412-7, calculada como se devida fosse, corresponderia ao montante de R\$ 242 e R\$ 255 nos exercícios de 2020 e 2019, respectivamente.

#### 26. Despesas administrativas

	2020	2019
Salários e ordenados	2.015	2.625
Serviços de terceiros	1.316	1.282
Benefícios	1.255	1.334
Manutenção	730	856
Férias e 13º salário	549	571
FGTS e Multa 40% FGTS	339	254
Legais e judiciais	202	131
Contribuição Associação de classe	175	302
Atividades/Acampamentos	144	248
Material	90	530
Outros	612	708
	<u>7.427</u>	<u>8.841</u>

## **27. Assistência social**

Os serviços de Assistência Social foram realizados em conformidade com os termos da Política Nacional de Assistência Social, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social e com as disposições contidas na Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, assim como, em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), priorizando:

- Proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- Amparo a crianças e adolescentes carentes;
- Promoção da integração ao mercado de trabalho.

## **28. Atividades de assistência e desenvolvimento social**

O serviço socioassistencial prestado pela Associação constituiu significativa relevância para as comunidades de baixa renda, sendo que os serviços gratuitos e permanentes foram realizados para os usuários da assistência social, sem qualquer discriminação de beneficiários, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social, priorizando as ações sociais de proteção social.

### **Caminho da Criança e do Adolescente**

É um conjunto de atividades socioassistenciais, cujo objetivo visa proporcionar a crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 07 e 14 anos, provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade social, o acesso a atividades esportivas, recreativas, culturais, sociais, educacionais e de lazer, além de alimentação saudável, de modo a contribuir para o seu desenvolvimento físico, cognitivo e socioafetivo, na forma preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

### **Superveteranos**

Trata-se de um serviço assistencial para pessoas de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 anos, que tem por objetivo oferecer proteção social a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, proporcionando-lhes o acesso a atividades diversas, evitabilidade dos males da depressão, exames médicos clínicos periódicos, participação em atividades sociais e culturais, físicas, de lazer e de entretenimento, de forma a contribuir para o atendimento de algumas de suas necessidades básicas, próprias do processo de envelhecimento, e para a preservação de sua dignidade, consoante o disposto no Estatuto Nacional do Idoso.

### **Cidadania e Inclusão Social**

Este serviço de desenvolvimento consiste na concessão de um amplo programa de atividades integralmente gratuitas das ações desenvolvidas pela Associação, a pessoas de todas as idades, de ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade social, muitas com solicitação ou encaminhamento médico, visando ao estímulo e ao aperfeiçoamento no campo da saúde, convivência social e desporto de forma a contribuir para o processo de inclusão e ascensão social dos usuários.

### **Centro de Desenvolvimento Comunitário**

São instalações adequadas, próprias para a realização de importantes programas, serviços e projetos comunitários de assistência e desenvolvimento social, em consonância com as necessidades, interesses e aspirações da comunidade local, objetivando, prioritariamente, a proteção e inclusão social, a aprendizagem profissional, a promoção e valorização de pessoas em situação de vulnerabilidade social, a fim de que elas tenham condições de autodeterminar o caminho para o desenvolvimento de seu futuro e de exercerem seus direitos de cidadania.

### **Centro de Educação Infantil**

Trata-se de um programa que a Associação desenvolve em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo no sentido de promover a educação infantil para crianças, desde as recém-nascidas até 03 anos de idade, por meio de um processo educativo de qualidade que estimula o desenvolvimento integral, com acompanhamento pedagógico, nutricional e de saúde.

## **29. Mensuração do trabalho voluntário**

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002 - Associação sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Associação. O registro dos montantes foi contabilizado nas rubricas de serviços voluntários (receita) e administrativa (despesa) e não altera o resultado do exercício.

A mensuração dos trabalhos voluntários de Governança foi feita nas informações divulgadas por meio de Remuneração dos Administradores divulgadas pelo mercado de trabalho. Segue composição da mensuração do trabalho voluntário:

# ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Cargo	Número	Hora Mês	Horas ano 2020	Taxa média	2020	2019
Presidente	1	8	96	303,44	29	29
1º Vice-presidente	1	8	96	303,44	29	29
2º Vice-presidente	1	8	96	303,44	29	29
1º Secretário	1	8	96	303,44	29	29
2º Secretário	1	8	96	303,44	29	29
1º Tesoureiro	1	8	96	303,44	29	29
2º Tesoureiro	1	8	96	303,44	29	29
Diretores	26	8	2.496	303,44	758	740
Comissão Fiscal	3	8	288	303,44	88	84
Junta Patrimonial	6	8	576	303,44	175	170
<b>Total</b>			<b>4.032</b>		<b>1.224</b>	<b>1.197</b>

A Associação também conta com serviços de aproximadamente 875 voluntários não recorrentes para os quais não foram registrados na contabilidade por falta de base para mensuração dos relativos serviços.

### 30. Imunidade tributária

A Associação Cristã de Moços de São Paulo é uma Associação beneficente de assistência social, sem fins lucrativos, revestida de imunidade de impostos previstos no artigo 150, inciso VI, alínea “c” e das contribuições sociais previstas no artigo 195, parágrafo 7º da constituição federal e atende integralmente às exigências estabelecidas em lei.

### 31. Coberturas de seguros (não auditado)

Os seguros em vigência na data de 31 de dezembro de 2020 foram contratados para cobrir possíveis sinistros com veículos, edificações, móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, por valores que, na opinião da administração, são suficientes para cobertura de quaisquer sinistros.

### 32. Eventos subsequentes

A ação Ordinária nº 0021614-16.2016.4.03.6100, que tem a finalidade de anular a decisão proferida nos autos do processo nº 71010.003415/2009-19 e reconhecer o direito da ACM à imunidade para todos os períodos, com base única e exclusivamente no cumprimento do artigo 14 do CTN, concluindo que a ACM não necessita ser portadora de CEBAS. Atualmente, encontra-se pendente de julgamento o recurso de Apelação interposto pela União em face da sentença que acolheu o pleito da ACM.

José Antonio Figueiredo Antiório  
Presidente

Sonia Munhoz Ibanez  
Contadora  
CRC 1 SP263979/O-4